

**HISTÓRIA E BIOGRAFIA: APONTAMENTOS TEÓRICOS E
METODOLÓGICOS**
**HISTORY AND BIOGRAPHY: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL
NOTES**

Me. Marcos Jovino Asturian*

RESUMO:

O presente artigo visa tecer apontamentos acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos concernentes a história e a biografia. A partir de revisão bibliográfica pretende-se entender as narrativas biográficas para o campo do conhecimento histórico. Além disso, o trabalho busca compreender os aspectos biográficos e suas interfaces com a autobiografia e a memória histórica.

Palavras-chave: Biografia; História; Memória.

ABSTRACT:

The present article aims to make notes about the theoretical and methodological approaches concerning the history and biography. Based on the bibliographic review aims to understand the biographical narratives to the field of historical knowledge. Furthermore, this work try to understand the biographical aspects and their interfaces with the autobiography and the historical memory.

Keywords: Biography; History; Memory.

A Nova História Política, biografia e autobiografia

A Nova História Política é fruto do “giro cultural” dos anos setenta – do século XX – junto com o desenvolvimento das mentalidades. Todavia, se inscreve no contexto historiográfico da década subsequente. A Nova História Política não é uma restauração epistemológica, mas uma efetiva ruptura, isto é, de um renovado interesse pelos temas políticos no seu âmbito mais pluridisciplinar e, portanto, cultural. “A diversidade de objetos que a nova história levanta é múltipla” (AURELL, 2010, p. 165).

Entre outros autores da denominada Nova História Política destaca-se o historiador francês René Remond. Os trabalhos desse viés historiográfico partem do pressuposto da renovação dos objetos e temas que privilegia. Portanto, ocorre um

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de Passo Fundo – Doutorando em História (PPGH/UNISINOS); E-mail: mjasturian05@hotmail.com

processo de renovação com outras ciências sociais: a sociologia, o direito público, a psicologia social e, principalmente, a ciência política, especialmente para o estudo do fato eleitoral, bem como para o estudo dos partidos.

A Nova História Política caracteriza-se pela amplitude da pesquisa histórica, em detrimento da “Velha História Política” que se caracterizava pela abordagem narrativa e meramente factual dos eventos históricos. Dentre outras distinções, está a proposição de variáveis de análise que ultrapassam a questão do poder do Estado ou do governante. Desse modo, o poder passa a ser uma categoria para a qual concorrem fenômenos como a mídia, por exemplo.

Uma das maiores preocupações dessa “nova história política” é operar uma relegitimação do objeto político, ao definir o político como o “lugar de gestão da sociedade global” que recapitula os outros níveis da realidade. Essa concepção do político como o nível mais englobante das sociedades funda a reivindicação da história política como história total (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2013, p.348).

O mesmo ocorreu com o fenômeno da reabilitação da biografia a partir da perspectiva de um verdadeiro gênero histórico, considerado como um significativo método para fins de compreensão das interfaces entre passado e presente, bem como indivíduo e sociedade. “A biografia, rechaçada durante muito tempo pelas vanguardas historiográficas, restaurou-se sob a influência da antropologia, psicologia e sociologia no caso das coletivas” (AURELL, 2010, p. 165).

Também se observam no respectivo contexto outros campos, sobretudo, os relatos autobiográficos. A autobiografia apresenta como característica escrita: a identidade do autor, do narrador e do personagem (LEJEUNE, 2008). “É isto que a diferencia da biografia, na qual o personagem é exterior ao narrador que é também o autor” (LEVILLAIN, 2003, p. 166).

Enfim, o que é autobiografia? De acordo com Jean-Philippe Miraux (2005, p. 65): “*La autobiografía es entonces el precioso instrumento que emplea el escritor para trazar la línea de su vida*”. Vejamos: “Para Philippe Lejeune (1975), o que caracteriza a

autobiografia é a identidade entre narrador e autor, expressada através do pacto autobiográfico estabelecido com o leitor, espécie de declaração do tipo ‘isto é autobiografia’ (ALBERTI, 1991, p. 10)”. Portanto, a autobiografia é, sobretudo, uma narrativa retrospectiva e cujo assunto abordado é a vida individual.

Jean-Philippe Miraux escreve sobre as motivações da escrita autobiográfica:

(...) las motivaciones de la escritura autobiográfica continúa estando orientada hacia el emisor: frente a sí mismo, al final de su existencia, el autobiógrafo busca establecer el balance de su vida. Ya se trate de comprender el mundo, de elucidar el recorrido del yo, de indagar el origen de sus actos y decisiones, de buscar una felicidad que se ha desvanecido, de testimoniar, de convertir-se en ejemplo, de decir la verdad o de intentar ser sincero, de trazar un retrato moral y físico de sí mismo, de unificar el recorrido que se ha efectuado, de interrogar a la mortalidad de la condición humana, la escritura autobiográfica parece desempeñar un papel catártico no desdeñable (...) (MIRAUX, 2005, p. 65).

A autobiografia aborda uma parte da trajetória do indivíduo. A escrita autobiográfica está permeada pela contraposição relacional entre lembrança e esquecimento. Portanto, existe uma distância entre o que foi vivido e o que se escreve: “entre la vida y su representación” (MIRAUX, 2005, p. 14.). A subjetividade é inerente à narrativa autobiográfica, porém o fator elementar de classificação é o pacto autobiográfico.

Verena Alberti aborda sobre a diferença entre narrativa ficcional e autobiografia: “(...) a narrativa ficcional se distingue da autobiografia por não se referenciar a uma ‘realidade’ anterior e exterior ao texto (a vida do autor), e sim produzir um ‘outro mundo’, imaginário [...]” (ALBERTI, 1991, p. 9).

O pacto autobiográfico não se trata da questão da veracidade, mas da autenticidade. Sobre o pacto autobiográfico Philippe Lejeune é citado por Jean-Philippe Miraux:

El pacto autobiográfico es la consolidación en el texto de esa identidad, que remite en última instancia al nombre del autor que figura en la tapa.

Las formas de pacto autobiográfico son muy diversas, pero todas ellas manifiestan la intención de honrar su firma. El lector podrá criticar la verosimilitud, pero nunca la identidad (MIRAUX, 2005, p. 22).

A biografia

Etimologicamente o termo biografia é oriundo do grego *bios* = vida e *graphein* = escrever, inscrever, acrescido de *ia*, um formador de substantivo abstrato. Na Antiguidade, o termo biografia entendido como “relato de vidas” parece ter ocorrido inicialmente em Damásio, cerca de 500 d. C. “(...) Na língua francesa, o termo aparece somente no *Dictionnaire* de Trévoux, em 1721, Emile Littré, no *Dictionnaire de la langue française* (1800-1801), definiu: ‘Biografia: espécie de história que tem por objetivo a vida de uma só pessoa’ (BORGES, 2005, p. 204).

A gênese da biografia é concomitante ao gênero histórico na Grécia do século V. Todavia, o contexto da *pólis* grega era de privilégio do coletivo em detrimento do individual, ou seja, não favoreceu a produção de narrativas biográficas. Destarte, foi somente a partir do século subsequente que a biografia expandiu-se significativamente, principalmente nas culturas helenística e romana. A biografia era vista na Antiguidade como distinta da história. Contudo, a fronteira que separa a biografia da história foi bastante imprecisa.

Na Antiguidade as biografias estavam em um regime de historicidade específico, o da “história mestra da vida” (*historia magistra vitae*), isto é, cabe ao passado iluminar o futuro por meio de exemplos e contraexemplos de conduta que devem ser imitados ou repudiados pelos sujeitos do presente (HARTOG, 1997).

Sobre a “história mestra da vida”, escreve o historiador Jacques Revel:

(...) Em esta concepción, que con algunos acondicionamientos se va a imponer hasta el siglo XVIII, la biografía puede dejar de ser un género impuro porque va a permitir la producción de ejemplos destinados a ilustrar la intemporalidad de las virtudes y los valores (...) (REVEL, 2005, p. 220).

A função moral da narrativa biográfica e sua separação da história persistiram na Idade Média, fase em que floresceram as hagiografias, as vidas dos santos, as quais detinham – da mesma forma – um objetivo pedagógico. Grosso modo, a hagiografia é um conjunto de fontes narrativas ou litúrgicas. Logo, são textos que validam a santidade de um indivíduo e asseguram sua veneração pelos fiéis.

O objetivo de uma hagiografia é o modelo de virtude e moralidade. O fim de um relato hagiográfico é a edificação espiritual de seu receptor. O santo aparece como um herói, ou seja, um modelo de santidade. Portanto, as hagiografias são: obras inspiradas no culto dos santos e destinadas a manter sua memória em uma comunidade; produzidas para exaltar a santidade, bem como inspirar desejos de imitação; de caráter religioso/edificante.

Para a historiadora Ángeles García de la Borbolla:

(...) Los relatos hagiográficos son los soportes escritos que refuezan la presencia del santo entre los hombres como fuente de innumerables bendiciones e impusan una devoción que en muchas ocasiones contribuye a revitalizar la vida de un centro espiritual. Al mismo tiempo, estos textos inspiran un sentimiento religioso que implica una fe, y que se suele actualizar en una ceremonia litúrgica donde se conjuga lo espontáneo con lo oficial (...) el hagiografo escribirá la historia de un santo (...) para edificar espiritualmente a su receptor (...) (BORBOLLA, 2002, p. 98-99).

No contexto renascentista – desgaste dos valores medievais – a concepção de narrativa exemplar permaneceu ditando a escrita biográfica, porém, cada vez mais se evidenciou a tensão entre a ideia do indivíduo como exemplar e a ideia do indivíduo como único. Para o historiador Benito Bisso Schmidt: “(...) Tal tensão marcou o gênero biográfico ao longo do período moderno, condensando-se na figura do herói (...)” (SCHMIDT, 2012, p. 189).

Desse modo, as narrativas biográficas modernas ressaltavam as singularidades do herói. Assim, inclusive sua possibilidade de superar as normas sociais em favor de concepções que só se efetuariam no futuro, ou seja, permeada pela noção de progresso.

Além disso, procuravam demonstrar esse herói representando valores e qualidades coletivas de um determinado grupo restrito, da nação ou da humanidade.

Sobre a crise da figura do herói, escreve o historiador Benito Bisso Schmidt:

Ao longo do século XVIII, a figura do herói sofreu uma crise. O seu caráter semidivino foi contestado, em nome da razão, pela filosofia das Luzes. Além disso, os valores guerreiros encarnados pelos heróis passaram a ser progressivamente considerados ultrapassados por uma sociedade que aspirava pacificação. Voltaire, por exemplo, propôs a substituição do herói pelo grande homem, aquele que servia à pátria e à humanidade de modo incondicional, inclusive com o sacrifício da própria vida (...) porém, persiste a tensão entre individualidade e exemplaridade. A escrita de suas vidas sublinhava seus méritos pessoais, acessíveis a todos os cidadãos, mas, simultaneamente, evocava os valores que se buscava transmitir à sociedade, como os da moderação, do civismo, do desprendimento, entre outros. Cabe salientar que foi justamente no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII que a palavra biografia apareceu registrada nos dicionários europeus (...) (SCHMIDT, 2012, p. 189).

O século XIX, foi marcado por uma grande questão, isto é, o papel do indivíduo na história, o que, conseqüentemente, repercutiu sobre o gênero biográfico. O historiador britânico Thomas Carlyle em seus estudos históricos insistia na importância do indivíduo, bem como levantava restrições à democracia e à política. Conforme, o historiador Jurandir Malerba: “(...) Tais concepções acabaram por isolá-lo das vertentes liberais e democráticas de sua época. No século XX, sua reputação se arrefeceu, em parte por causa de sua confiança na autoridade e sua admiração pelos líderes poderosos (...)” (MALERBA, 2010, p. 195). Carlyle afirmava que a história é a “soma de incontáveis biografias” e que a função do biógrafo era revelar o “eu” dos grandes homens da história.

[...] Caberia a esse biógrafo mergulhar na personalidade desses homens para encontrar aí uma espécie de núcleo rígido, imune às influências externas, independente. Dada a alta consciência que os “grandes homens” possuem de si, a tarefa não seria difícil: esse “eu” se expressaria com nitidez em sua forma de agir, em seus feitos. O herói torna-se – nessa perspectiva – pura coerência, uma unidade interior que transborda todo o seu valor para o meio social, de forma íntegra (SOUZA, 2012, 110).

Não obstante, nesse contexto as transformações históricas são interpretadas, sobretudo, como produtos de forças impessoais, leis naturais e imutáveis. Assim, cabe ao indivíduo uma pequena margem de atuação. Observa-se gradativamente um novo regime de historicidade: oposto ao da “história mestra da vida”. Nele, exige-se previsibilidade, grosso modo, cabe ao futuro – visto melhor que o passado, bem como o presente – dar sentido ao passado. “(...) É nessa concepção “futurista”, base da ideologia do progresso, que se apoiam algumas das grandes filosofias da história do século XX, como o positivismo e o marxismo (...)” (SCHMIDT, 2012, p. 190).

O respectivo século é permeado pela interpretação dos grandes movimentos estruturais em detrimento das ações individuais. As interpretações dos fenômenos históricos enfatizaram entidades despersonalizadas e/ ou coletivas. Logo, tornam-se elementares os conceitos de: nação, Estado, civilização, povo, entre outros. “(...) Nesse panorama, a biografia foi admitida apenas como gênero acessório, mas fundamental na implementação da pedagogia cívica e patriótica das nações em construção” (SCHMIDT, 2012, p. 191).

A historiadora Vavy Pacheco Borges escreve sobre o debate concernente ao papel do indivíduo e da biografia:

Durante o século XIX, a influência da Filosofia da História e do positivismo – este, a “ciência dos fatos sociais”, preocupada com as instituições, trabalhando com objetos de estudo como meio, raça, nação, e não com a vida particular – levou à redução da importância do indivíduo na História. A então dominante história nacional personificava o percurso político pelos grandes homens e essas grandes figuras eram trabalhadas em geral também na literatura; encontram-se assim inúmeras biografias de heróis políticos ou militares produzidas nessa época. Mas o debate sobre o papel do indivíduo e da biografia, realizado nesse século, ainda se prolonga no debate atual (...)” (BORGES, 2005, p. 206).

No século XX, principalmente na França, com o advento das ideias da *École des Annales*, a prioridade do coletivo em detrimento do individual permaneceu. O historiador Lucien Febvre, por exemplo, produziu obras importantes voltadas para personagens

individuais – Lutero, Rebelais e Margarida de Navarra -, porém o objetivo principal das respectivas obras consistia na compreensão dos fenômenos coletivos. O mesmo é observado em Fernand Braudel, expoente da segunda geração dos Annales, na sua formulação das três temporalidades da história, isto é, a curta, a média e a longa duração. De acordo com Braudel, os historiadores deveriam preterir a curta duração – ações individuais – em prol da média e longa duração.

Enfim, à medida que a história se constituiu como uma disciplina com pretensões científicas, a biografia foi progressivamente exilada de seus domínios, o que não impediu que ela continuasse a ser praticada, em geral por historiadores “menores”, ou como matéria-prima para a elaboração das grandes sínteses, ou visando à construção de referências identitárias propícias à difusão de uma pedagogia nacionalista, ou ainda, como forma de atender ao gosto de um público sempre sedento por títulos do tipo “A vida secreta de...”. Contudo, tais narrativas normalmente eram menosprezadas pelos historiadores “científicos”, cada vez mais preocupados com o estrutural e o coletivo. Entretanto, desde a década de 1980, verifica-se uma “redescoberta”, a partir de outros referenciais, desse gênero, o qual, ainda nos anos 1990, se impôs, embora não sem ressalvas, como forma legítima de se escrever e de se compreender a História (...) (SCHMIDT, 2012, p. 192).

Após um longo período que os historiadores se interessaram pelo coletivo em detrimento do individual ocorreu uma espécie de revalorização da biografia. Portanto, “(...) o indivíduo voltou hoje a ocupar um lugar central em suas preocupações” (LORIGA, 1998, p. 225).

(...) a aventura apaixonante que é a biografia conheceu um demorado eclipse com respeito àquilo que era tido como um saber erudito ao longo do século XIX e a maior parte do XX. Um desprezo obstinado condenou o gênero, sem dúvida muito dependente das concessões à emotividade e ao fomento da implicação subjetiva. Um muro tem separado o biográfico, tachando-o de elemento parasita capaz de perturbar os objetivos científicos (...) Nota-se uma mudança no início dos anos 1980. As ciências humanas em geral e os historiadores em particular redescobrem as virtudes de um gênero que a razão gostaria de ignorar. A biografia é reivindicada pela musa da história. Derrubado o muro, assistimos a uma verdadeira explosão biográfica que se apossa dos autores e do público num acesso de febre coletiva que dura até hoje (DOSSE, 2009, p. 16).

O que motivou esta revalorização da biografia? De acordo com o historiador Benito Bisso Schmidt, foram vários fatores, destacando-se: a “onda” história-memória, ou seja, personagens do passado recriados com o objetivo de referência para pessoas do presente, ícones de um passado idealizado, servindo de reforço a determinadas identidades de classe, gênero, nação, etc.; a crise do paradigma estruturalista, isto é, os historiadores atuais preocuparam-se em restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais; a terceira geração dos Annales – Duby, Le Goff e Vovelle - dedicaram obras importantes a personagens individuais (mas continuava se atendo a história problema); a contribuição dos marxistas britânicos (Thompson e Hill); a micro-história a partir da avaliação da liberdade individual em diferentes contextos (SCHMIDT, 2012).

Segundo a historiadora Vavy Pacheco Borges:

No sentido do senso comum, a biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História. A razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu (BORGES, 2005, p. 215).

Destarte, a biografia detém valor heurístico. A biografia se justifica pela contribuição no avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico. Logo (...) a biografia histórica é, antes de tudo, história, portanto, precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa (SCHMIDT, 2012, p. 195).

Vavy Pacheco Borges aborda a relação da biografia com outras áreas do conhecimento, por exemplo, concernente a narrativa literária:

(...) O laço mais antigo é com a Literatura. Esta trabalha com a multiplicidade de pessoas que cada um é, interessa-se por qualquer homem (o chamado homem comum) e não apenas pelo ‘grande personagem’, trabalha de várias formas o papel do imaginado ou do vivido. Assim, a distância entre história e ficção literária é por vezes sutil (BORGES, 2005, p. 214).

“Obviamente as exigências de historiadores e romancistas não são as mesmas, embora estejam aos poucos tornando mais parecidas (...)” (LEVI, 1996, p. 169). É necessário ressaltar que existem diferenças entre a biografia histórica e a literatura, pois enquanto a primeira é um trabalho científico baseado em fontes (que deve reconstituir um tecido social e cultural mais vasto), a segunda é uma criação fictícia. Todavia, é evidente que a subjetividade é inerente a narrativa histórica, bem como devemos observar os limites do saber histórico. “Sobre isso, Ricoeur salienta (...) o trabalho da história é interminável e perpetuamente aberto, a dúvida é insuperável” (LORIGA, 2009, p. 24).

Outra questão que envolve a biografia refere-se ao conceito de “ilusão biográfica” formulada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. O historiador deve ter o cuidado de narrar uma vida, pois trabalha concomitantemente com cronologia linear e percurso de vida que não é linear. “(...) Bourdieu fez duras críticas (...) da maior parte das narrações de vidas, que identifica na linearidade com que é descrito, de forma geral, o percurso de uma vida. O perigo da falsificação por meio desse finalismo (...)” (BORGES, 2005, p. 215).

Pierre Bourdieu tece severa crítica aos pesquisadores que tomam essa unidade do eu como natural, como um pressuposto para os seus métodos e interpretações, e que, desse modo, incorrem no que chama de ‘ilusão biográfica’, ou seja, no pressuposto ‘de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva (...)’ (SCHMIDT, 2012, p. 195).

Em virtude de o historiador conhecer a trajetória do biografado (desde o nascimento até a morte) pode incorrer na armadilha da “ilusão biográfica”. “Em suma, a história não é uma sequência coerente e contínua de acontecimentos conectados entre si (...)” (LORIGA, 2011, p. 67). Logo, é complexo construir uma biografia histórica com várias questões sem respostas: É possível uma narrativa biográfica sem partir dos pressupostos da integridade e da unidade individuais? Como escrever uma vida sem pensá-la como um projeto coerente a um determinado fim? De acordo com o historiador Benito Schmidt (2012, p. 198) não há respostas precisas, mas a sociologia objetivista,

propõe a compreensão dos acontecimentos biográficos como “colocações e deslocamento no espaço social”.

Segundo Pierre Bourdieu:

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1996, p. 190).

Relação biógrafo/biografado e a questão privacidade/liberdade

A narrativa biográfica está em alta nos últimos anos, sobretudo em virtude de seus mediadores midiáticos e de suas possibilidades de mercantilização. Logo, grande parte dos trabalhos biográficos não são vidas reconstituídas e, sim, episódios, passagens, situações em que as relações múltiplas produzem a descrição (TEDESCO, 2011).

As formas como as lembranças se processam e são conduzidas dependerão da relação biógrafo/biografado (deste se ainda estiver vivo). Há uma inter-relação de sociabilidade entre ambos. O biógrafo necessita trabalhar com múltiplas representações do biografado. Existe no campo da memória uma contraposição relacional entre lembrança e esquecimento. Portanto, na produção biográfica é elementar o auxílio de outras fontes além da oralidade (documentos, ilustrações, círculos sociais, vida familiar, etc.).

O resguardo da privacidade de personalidades públicas ainda geram debates no Brasil. De um lado, os biografados ou representantes, que defendem o direito constitucional à intimidade; de outro, biógrafos, ou seus representantes, reivindicando outro direito constitucional, isto é, o da liberdade de expressão. O debate é polêmico: censura ou privacidade. Além da discussão sobre direitos constitucionais outros interesses (podemos citar como exemplo o econômico) permeiam a questão.

No lado dos biógrafos estão majoritariamente os profissionais do campo jornalístico, ou seja, os principais produtores de biografias. Portanto, muitos trabalhos são realizados com o objetivo de desvendar segredos, ou seja, diferente do historiador que pesquisa os percursos de seus biografados a partir do pressuposto de seus projetos e campos de possibilidade (SCHMIDT, 2014, p. 139).

Em relação às questões sobre censura e liberdade o historiador Benito Schmidt manifesta-se pelo viés da ética:

Pessoalmente, sou contra qualquer forma de censura prévia e a favor da liberdade de pesquisa e divulgação de textos biográficos, mas também defendo que o biógrafo deve guiar sua atuação a partir de princípios éticos que tenham como horizonte a salvaguarda do biografado de prejuízos materiais e simbólicos (2014, p. 139).

A ética no trabalho biográfico do historiador e o problema ético

Já foi abordado que os objetivos das produções biográficas de jornalistas e historiadores são diferentes, pois são produzidas em campos (lugares sociais) específicos. Logo, isso não significa que os trabalhos dos jornalistas sejam mais ou menos importantes.

Benito Schmidt (2014, p. 140) faz a seguinte indagação: “Mas a revelação da privacidade – ainda que “verdadeira” – do biografado, mesmo contra a vontade deste, traz algum benefício à coletividade ou apenas ao biógrafo que, dessa forma, obtém ganhos materiais e simbólicos?”.

Tendo em vista a respectiva indagação e considerando a relação entre ética e moral é necessário observar que: a moral é algo externo (objetivo), ou seja, referências, normas, princípios de um determinado campo ou sociedade. A ética, por sua vez, é algo interno (subjetivo), isto é, se a conduta que o indivíduo tem nas relações sociais está em conformidade com a moral de seu campo ou sociedade (ressalvando os sentidos dominantes atribuídos a esses termos).

Sobre a ética na produção biográfica analisa o historiador Benito Schmidt (2014, p. 139):

[...] a biografia, ao longo da História, revelou-se como uma narrativa com profundas motivações éticas, e que comporta em seu cerne reflexões sobre normas, valores, liberdade e responsabilidade. Por isso – acredito – os historiadores que hoje se dedicam a esse gênero não podem deixar de levar em conta tal dimensão do fazer biográfico, já que escrever, “grafar”, uma vida é um “ato moralmente carregado”, que deixa marcas, por vezes profundas, no biógrafo, no biografado e naqueles que, pela leitura da vida dos outros, procuram também construir as próprias biografias.

Ainda sobre a questão ética, porém, de outra perspectiva, evidencia-se uma problemática que permeia a narrativa biográfica, isto é, a noção de responsabilidade individual. Encontram-se avultado número de trabalhos biográficos que indicam significativamente os espaços de liberdade do indivíduo frente aos sistemas normativos vigentes.

É possível observar isso, sobretudo, nas trajetórias de “desviantes” – conforme denomina Benito Bisso Schmidt – de todo tipo: revolucionários, feministas, heréticos, entre outros. Assim, o enfoque evidencia aqueles que vão contra os padrões normativos vigentes. Portanto, é possível formular um questionamento existencial razoável: “(...) qual é a nossa possibilidade de individualização, de criatividade, de intervenção no curso dos acontecimentos?” (SCHMIDT, 2003, p. 69).

Esse questionamento leva a um problema ético ao considerarmos o papel do indivíduo na história, ou seja, o peso dos atores é decisivo, sendo assim, o indivíduo não pode ser compreendido como um mero produto das condições históricas. Logo, de que forma se coloca a noção de responsabilidade individual? “(...) Afinal, a possibilidade de liberdade que intersticial, leva a pensar não só na resistência à ordem estabelecida, mas também na participação de diversos personagens em atos de (...) repressão, opressão e extermínio” (SCHMIDT, 2003, p. 69).

O campo da memória histórica

As narrativas biográficas estão interligadas ao campo da memória histórica. O referido tema é um dos mais elementares em nível de demarcação sobre atores sociais e suas conseqüentes práticas no tempo e espaço, pois opera de um lado no âmbito dos efeitos e conseqüências materiais e, de outro, nas conseqüências imateriais – simbólicas e morais – impactando nas gerações do passado, presente, bem como do futuro.

Em relação à questão da memória atualmente na historiografia:

O caminho está aberto para uma história totalmente diferente: não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem sequer comemoradas, mas o sinal dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos por si sós, mas suas construções no tempo, o apagamento e o ressurgimento de duas significações; não o passado como aconteceu, mas seus sucessivos reempregos; não a tradição, mas a maneira como ela se constituiu e se transmitiu (DOSSE, 2004, p. 180).

“A passagem da memória à história deu a cada grupo a obrigação de definir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo” (DOSSE, 2004, p. 176). É no interior da dissociação entre história e memória que nasceu uma nova consciência historiográfica baseada, sobretudo, na problematização possível da memória pela história e vice-versa.

Existe no campo da memória uma contraposição relacional entre lembrança e esquecimento. “É assim que a memória é inseparável do trabalho do esquecimento. Os dois termos que formam um contraste são o apagamento (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente uma interação dos dois” (DOSSE, 2004, p. 182). Portanto, na produção biográfica é elementar o auxílio de outras fontes além da oralidade (documentos, ilustrações, círculos sociais, vida familiar, etc.).

A memória e a história compartilham a esperança de serem fiéis ao passado; ambas visam à verdade. Entretanto, tanto a história quanto a memória fazem uma representação do passado. “A história não tem acesso ao passado senão indiretamente. Por essa razão, como mostra a leitura da parte consagrada ao conceito de representância, suas figuras aparecem como telas entre o passado ausente e sua imagem presente”

(LORIGA, 2009, p. 24). A subjetividade é inerente à biografia histórica, sendo uma (re) escrita contínua.

Não obstante, a respectiva subjetividade não invalida o valor heurístico da memória para o conhecimento histórico. Logo, não se pode incorrer no erro de uma visão objetiva da história. Como, por exemplo: a oposição entre o documento e o testemunho, isto é, a valorização do primeiro em detrimento do segundo. Logo, “[...] a ideia de que um documento técnico tenha mais valor do que a memória de milhões de sobreviventes contém algo de intolerável (...)” (LORIGA, 2009, p. 25). Assim, as dezenas de entrevistas, bem como os depoimentos utilizados pelo autor para a escrita do livro – quando interpretados conforme a respectiva metodologia histórica – são considerados fontes de pesquisa.

Considerações finais

Para concluir, a biografia é importante para o conhecimento histórico. Para os historiadores os objetivos da pesquisa biográfica estão nos percursos de seus biografados a partir do pressuposto de seus projetos e campos de possibilidade. Assim, a biografia contribui para revelar contextos, temporalidades, pluralidade existente em grupos e instituições, situações sociais, etc.

Após um longo período que os historiadores se interessaram pelo coletivo em detrimento do individual ocorreu uma espécie de revalorização da biografia. Logo, o indivíduo voltou hoje a ocupar um lugar central em suas preocupações.

Destarte, a biografia detém valor heurístico. A biografia se justifica pela contribuição no avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico. Ressalta-se que a biografia histórica é, antes de tudo, história, portanto, precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa.

As formas como as lembranças se processam e são conduzidas dependerão da relação biógrafo/biografado (deste se ainda estiver vivo). Há uma inter-relação de

sociabilidade entre ambos. O biógrafo necessita trabalhar com múltiplas representações do biografado.

A biografia historicamente revelou-se por meio de uma narrativa permeada por motivações éticas, isto é, em interface com normas, valores, liberdade e responsabilidade. Deve prevalecer uma relação de respeitabilidade entre biógrafo e biografado buscando evitar ao biografado prejuízos materiais e simbólicos.

As narrativas biográficas estão interligadas ao campo da memória histórica. O referido tema é um dos mais elementares em nível de demarcação sobre atores sociais e suas consequentes práticas no tempo e espaço, pois opera de um lado no âmbito dos efeitos e consequências materiais e, de outro, nas consequências imateriais – simbólicas e morais – impactando nas gerações do passado, presente, bem como do futuro.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.

AURELL, Jaume. *A escrita da História: Dos positivismos aos pós-modernismos*. São Paulo: Sita-Brasil, 2010.

BORBOLLA, Ángeles García de la. La leyenda hagiográfica medieval: una especial biografía? *Memoria y Civilización*, n. 5, p. 77-99, 2002.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DOSSE, François. A oposição história/memória. In: DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004.

_____, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. Como escrever a história da França? *Anos 90*. Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, julho de 1997.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (org.) *Memórias e narrativas autobiográficas*. FGV/Editora da UFRGS, 2009.

_____, Sabina. *O pequeno x*. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MALERBA, Jurandir. Thomas Carlyle. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Porto Alegre: FGV/EdiPUCRS, 2010.

MIRAUX, Jean-Philippe. *La autobiografía. Las escrituras del yo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

REVEL, Jacques. *La biografía como problema historiográfico*. In: REVEL, Jacques. *Un momento historiográfico: Trece ensayos de historia social*. 1. ed. Buenos Aires: Manantial, 2005.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis*, Caxias do Sul, vol. 2, n.3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

_____, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História*, São Paulo, v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

SOUZA, Adriana Barreto de. Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o duque de Caxias. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 9, p. 106-128, ago. 2012.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2011.